

Wall, K., Famílias no Campo. Passado e Presente em Duas Freguesias do Baixo Minho, Lisboa, Publicações Dom Quixote (col. «Portugal de Perto»), 1998, páginas.

Investigadora especializada na problemática das transformações familiares, designadamente no que se refere às famílias camponesas, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e docente do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, K. Wall tem estudado, desde meados da década de 80, um caso concreto deste tipo de famílias em duas freguesias do Baixo Minho no concelho de Fomalicão: Gondifelos e Lemenhe. Segundo a autora, «antes da segunda guerra mundial, nos anos 30 e 40, fazem parte de uma sociedade a que podemos chamar «proto-industrial» (p. 23), o que não é mais o caso, em sequência do conjunto de mudanças que, a partir dos anos 60-70, se foram operando na sociedade portuguesa e que aqui também se têm feito sentir.

Este livro de K. Wall, concebido com inteligência, rico e roborativo, proporcionará decerto inquestionáveis discussões tanto entre os investigadores como entre professores e alunos que se interessam pelas questões da sociologia da família em Portugal e não deixará de interpelar também o político, o legislativo e o social numa época em que a família vem passando por profundas transformações, sem que, no entanto, a realidade permita fa-

lar de uma total ruptura com o passado e/ou com a tradição, como bem o demonstram os resultados e a respectiva análise nele apresentados. Apoiado por uma sólida e rigorosa reflexão, o livro aqui em referência, e vale a pena insistir neste ponto, situa-se na interconfluência de várias fontes documentais. Assim sendo, um extenso leque de leituras bem seleccionadas e perfeitamente bem assimiladas (antropologia, demografia, história e sociologia), o estudo cruzado de vários documentos históricos e demográficos e um persistente e aprofundado trabalho de campo de índole antropológica e sociológica solidificam este trabalho.

Quanto ao último aspecto, importa realçar que o trabalho prosseguido entre 1985 e 1990, em função da preparação da sua tese de doutoramento, defendida na Universidade de Genebra em 1994, socorrendo-se das técnicas metodológicas da observação etnográfica e participante, de entrevistas semidirectivas e de fragmentos de histórias de vida junto de uma população experimental de famílias devidamente seleccionadas para o efeito, permite apreender, intrinsecamente, a realidade em devir. Na verdade, devolvendo a palavra aos actores, em vez de falar pelos actores, imprime, por um lado, uma outra vivacidade ao discurso produzido pelos mesmos e, por outro, uma outra captação da realidade a partir das interpretações e significações que os entrevistados conferem ao seu viver individual, familiar e social. Todavia, continuando a confirmar a sua aguda perspicácia de investiga-

ção, a autora preocupa-se com a necessária relativização da informação recolhida, procurando, desta maneira, junto das pessoas entrevistadas e de alguns informadores privilegiados os necessários elementos de apreciação crítica tanto sobre a concepção dos seus próprios comportamentos e representações como no que se refere às normas dos grupos de pertença e aos modelos individuais e familiares predominantes no contexto social em que se integram.

Nestas condições, e sobre este ponto bem concreto, tem este trabalho a particularidade de a sua autora ter trabalhado directamente sobre duas freguesias rurais, o que, numa perspectiva longitudinal, lhe permite apreender o processo das mudanças em curso. Na esteira de M. de Certeau (1990), poder-se-á dizer que uma certa forma de olhar o quotidiano em acção em dois tecidos rurais, algo semelhantes, algo distintos, constitui um instrumento de análise privilegiado, logo que se pretente perceber sociologicamente as dinâmicas familiares e sociais em devir. Contudo, as transformações, embora mais ou menos lentas no tempo até cerca dos anos 70 e mais intensas posteriormente, têm-se tornando mais consistentes.

Deste modo, pese ainda a tendência para uma acentuada estratificação social, a situação familiar tem vindo a complexificar-se cada vez mais em todos os grupos sociais. E isto por cinco razões fundamentais: económicas, sociais, políticas, culturais e religiosas. A primeira prende-se com

as profundas transformações aliadas ao acelerar da industrialização em algumas zonas do concelho, o recurso a tecnologias agrícolas mais especializadas no domínio agrícola e até o fenómeno de uma crescente emigração para a Europa a partir dos anos 60, o que reduziu drasticamente a mão-de-obra jornalreira no sector primário. A segunda, com a crescente extensão e influência da urbanização sobre o meio rural, e não o inverso, o que tem contribuído bastante para alterar sobretudo as mentalidades, os modos de vida e as relações familiares e sociais, embora, sob muitos aspectos, a tradição tente coexistir com a modernidade. Enfim, as outras relacionam-se com as mudanças culturais, políticas e sociais e com o universo simbólico que se foi fazendo sentir em Portugal a partir dos anos 60-70.

Sob a concisão da noção de *famílias no campo* perfila-se um complexo processo que nos permite compreender os mecanismos que conduzem às mudanças, às rupturas e inovações, mas também às continuidades com a tradição e ao domínio dos efeitos que daí decorrem num contexto económico e social em mudança. Este processo, tendo em conta a estratificação social local, desvenda, de maneira original, as relações entre as estratégias individuais e familiares intergeracionais e intrageracionais em torno de aspectos tão variados como, por exemplo, a casa enquanto sinónimo de pessoas e bens, do património fundiário e da respectiva herança no seio da fratria, nomeadamente no caso da família tronco, também de-

signada por família múltipla, de outras formas de economia familiar, logo que se trate de famílias de pequenos proprietários, de caseiros e de jornaleiros, do casamento, tendendo este a ser homogâmico tanto sob o ponto de vista social como profissional, mesmo que se perfilarem algumas transformações a este respeito ao longo dos últimos tempos, das hierarquias e dos papéis intrafamiliares e sociais e da ética do trabalho. Igualmente, é dado particular relevo às relações de interajuda, nuns casos, e da prática da caridade e do patrocínio, noutros, e as consequentes interdependências sociais que daí advêm, do exercício do poder e formas de influência por parte dos notáveis locais e da solidariedade de vizinhança em microsociedades extremamente estratificadas.

O ponto a partir do qual se desenha a organização familiar assenta nos grupos domésticos, com maior ou menor extensão, segundo se trate de lavradores, congregando, neste caso, num passado ainda recente, um maior número de pessoas, e inversamente, no das outras condições sociais. Assim, até há bem pouco tempo podiam «...incluir casais, filhos, outros parentes, criados e outras pessoas não aparentadas, mas também apenas um casal, uma mãe com um filho ou um irmão ou uma irmã» (p. 33). Hoje, com o desaparecimento dos criados, uma menor disponibilidade de mão-de-obra agrícola, em virtude das migrações, internas e externas, de algum desenvolvimento industrial e, por conseguinte, do acesso a ou-

tros ramos da actividade profissional e do decréscimo da natalidade, as coisas tendem a ser bem diferentes, verificando-se, deste modo, uma maior tendência, em todos os grupos sociais, para a nuclearização conjugal da família, pese embora a coexistência de certos casos de família tronco, mais associada aos camponeses ricos ou remediados, complexa ou alargada, pelo menos em certos ciclos da vida individual e familiar. De facto, como muito bem o faz notar K. Wall, contrariamente a certas ideias préconcebidas, denota-se «um perfil cambiante da estrutura familiar bem diferente da visão estática que nos é dada através da análise dos grupos num dado momento» (p. 39).

A ilustração deste último ponto, que aparece sempre em filigrana neste livro, implica que se ponha em destaque um outro aspecto importante desta obra, ou seja, o que se relaciona com uma lógica da «família unidade de trabalho» (p. 41), embora esta tenha objectivos e significações diferentes para os diferentes grupos sociais. Isso não impede, porém, que a ética do trabalho seja precocemente inculcada nas crianças, independentemente do rumo escolar e profissional que elas possam vir a seguir. Claro que há sempre desvios a este respeito. Contudo, o trabalho constitui um valor fundamental para as comunidades rurais em análise. Aliás, para uns ele representa uma mais-valia e poderá ser objecto de compensação hereditária (tal o caso do herdeiro beneficiado ou assistido) e o garante da preservação, quiçá do aumento e até da reconversão do patri-

mónio agrícola face a uma economia agrícola em mutação; para outros, que se reorientam para outros sectores e ramos da actividade profissional, a garantia da sua subsistência e dos familiares e, porventura, o almejar de uma certa mobilidade social, se não vertical, pelo menos horizontal.

Uma digressão sobre os fragmentos de histórias de vida e sobre três cenários de vida familiar distintos, sob o ponto de vista social, incluídos no primeiro capítulo, permitem uma melhor apreensão da génese, das trajectórias, do alcance e da eficácia das diferenciadas estratégias familiares, nomeadamente as que se situam no domínio da dinâmica familiar. Esta pode ser qualificada de «fortificada», no caso dos camponeses ricos, de «solidária», no dos camponeses pobres e de «solta» ou mutável», no que se refere aos jornaleiros agrícolas (pp. 58-61).

Outro tipo de preocupações, remediado por K. Wall para o domínio da pesquisa sobre os destinos camponeses, as estruturas familiares e a necessária articulação com as mudanças sociais e a reestruturação do sector agrícola num tecido económico cada vez mais heterogéneo a partir dos anos 40, situa-se rigorosamente no âmbito da dialéctica da continuidade e da mudança e, por conseguinte, liga-se com a questão de uma adesão controlada aos valores da modernidade e, por isso mesmo, tenta-se, frequentemente, estabelecer algumas pontes com o passado. À configuração precisa destas lógicas e proble-

mas é, essencialmente, consagrada a primeira parte do livro, mesmo que muitos deles venham depois a ser retomados nos capítulos que se seguem.

Por sua vez, a segunda parte do livro, a partir do estudo aprofundado de 22 casas de lavradores e 20 genealogias horizontais (fratrias), é dedicada a uma certa forma de monografia comparada da génese, das trajectórias e das transformações operadas nas dinâmicas familiares ao longo da passagem entre duas épocas bem distintas em Portugal: a dos anos 40 e a dos anos 80, isto é, do passado e do presente, ao tempo do trabalho de campo. Ela revela não só uma diversidade de montagens institucionais entre dois tempos diferenciados, o contexto social local e nacional e a variedade de estratégias implementadas pela diversidade das famílias para as interiorizarem ou poderem contornar, diferentemente, num e noutra período, mas também uma oposição entre duas formas de organização familiar que K. Wall classifica de «famílias de lavradores no passado: uma lógica de casa auto-suficiente» e «famílias de lavradores no presente: uma lógica de família empreendedora».

De facto, estes dois distintos perfis de família, sendo tributários das estruturas sociais e dos contextos sociais envolventes, configuram também, de uma parte, o modo como os actores familiares percebem e agem sobre esta realidade e, da outra, como, tendo em conta as experiências anteriormente vividas, ainda que posteri-

ormente relativizadas e filtradas, conseguem combinar antigas e novas características de tempos e contextos sociais distintos. Por estas razões, designadamente no segundo caso, os actores familiares procuram construir hoje um projecto de vida baseado, não numa única solução definitiva, à semelhança de um passado que parecia reproduzir-se indefinidamente ao longo da sucessão das gerações, mas enveredar antes por processos contínuos de reconstrução e de reorientação em relação ao presente e ao futuro, quer ao nível das relações intrageracionais, quer intergeracionais.

Mas o que, paralelamente, mais importa relevar nesta altura é todo o conjunto de fenómenos com pertinência que a autora consegue extrair das genealogias e trajectórias sobre a questão da organização e da dinâmica interna das estratégias familiares, visando, num primeiro tempo social, a unidade do grupo familiar em torno da casa, sendo esta sinónimo de agrupamento de pessoas coabitantes, trabalhadoras e investidoras na preservação do património económico familiar e quiçá no seu aumento, numa forma de economia de autoconsumo, e, num segundo, a família de lavradores moderna mais empreendedora; não abandonando, contudo, abruptamente esta atitude, orienta-se por novos critérios económicos, sociais e culturais mais conformes com os modos de vida propostos pelos valores da modernidade, que também se fazem sentir nestes meios.

Interessa deixar claro, neste caso, que, na dialéctica passado/presente/

reorientação das condutas, a autora deixa bem claro que intervém aqui um processo de amplitude eminentemente social, relativo à reelaboração dos sistemas familiares económicos e sociais, através dos quais se percebem as finalidades, as rupturas, as (des)continuidades, as aberturas, os modos de produção e de consumo, as novas relações com a terra, o trabalho, o dinheiro e o corpo dos humanos e dos animais domésticos e a casa, as inclusões e exclusões familiares intergeracionais, as diferenças, as hierarquias, as lógicas mais igualitárias, o exercício da autoridade e do poder intrafamiliares, as relações que decorrem da estratificação social e os mecanismos de mudança a este respeito, a mudança das concepções sobre a criança e a infância, hoje mais protegida, um maior investimento na escolarização, a escolha do cônjuge e, por conseguinte, as estratégias de casamento numa e noutra época, a transformação dos modos de vida e das relações conjugais e entre pais e filhos, a religiosidade, as conflitualidades, as práticas alimentares, vestimentárias e da interajuda e/ou solidariedade, entre outros aspectos.

A distinção entre dois tipos de família é feita por K. Wall nestes termos: «Novos valores se erigiram ao longo destes anos, suscitando uma representação nova da família rural abastada: a família deixou de ser uma entidade auto-suficiente que assegura o pão e a sobrevivência dos seus membros, transformou-se numa entidade empreendedora, mais audaz, que faz funcionar uma activi-

dade produtiva rentável que permite obter lucros substanciais. A ideia de um esforço familiar está subjacente às duas representações, mas a ideia de risco e de audácia económica substitui em grande medida a da prudência económica, a de redução de gastos com vista à lenta acumulação do património fundiário» (p. 197).

Daqui pode extrair-se um corolário, segundo o qual a família empreendedora se guia por princípios mais racionais do que a família orientada para o autoconsumo e a manutenção das práticas tradicionais. Por outro lado, tal como a autora muito bem o evidencia, um e outro tipo de família, tendo vivido em tempos sociais diferentes, tiveram de se confrontar com a ausência/existência de estruturas estatais relacionadas com a segurança social e o acesso aos serviços de saúde, o que não constitui um fenómeno de somenos importância logo que se procura assegurar a situação em relação ao futuro, designadamente por parte dos mais velhos. Num caso, há que precaver-se através do usufruto do património e até de um pé-de-meia, ou assegurar-se da protecção do(s) filho(s) quando a doença poderá sobrevir e os efeitos da velhice possam exigir dos outros maior prestação de serviços; no outro, podendo também esperar-se apoio destes últimos, poderá contar-se também com outros meios financeiros, mesmo que reduzidos e tipo de serviços outorgados pelas instituições da segurança social ou similares.

798 Mas há que ter também em conta

que os percursos de escolarização e o acesso a outros meios de informação, sendo diferenciados num e noutra tempo, contribuem, distintamente, para a formação de várias capacidades de racionalização nos universos rurais.

Tal perspectiva está também muito patente nas maneiras como cada um destes modelos de famílias concebe a casa e o respectivo património, a sucessão, a herança, a prole e o investimento nos filhos, quer em relação ao presente, quer em relação ao futuro, e as formas de relação intergeracionais. Decorrem essas, em primeiro lugar, dos modos de categorização no interior da fratria e das estratégias de escolha do herdeiro privilegiado: no passado, normalmente o filho varão masculino, que visava «segurar», logo criar amarras e laços fortes com a casa, *pivot* de toda a organização familiar; no presente, «segurar» sim, mas motivando e não constringendo, isto é, enveredando mais por uma prática da «sucessão assistida». K. Wall sintetiza assim esta problemática: «Antigamente segurava-se o herdeiro privilegiado, ao mesmo tempo que se insistia na necessidade de adiar a exclusão dos outros descendentes directos... Hoje em dia insiste-se, ao contrário, na exclusão precoce dos descendentes directos não sucessores: no fim da escola obrigatória é preciso decidir se os filhos vão permanecer na agricultura ou se irão para fora de casa (estudar ou empregar-se)» (p. 205).

Com efeito, o livro de K. Wall revela que as famílias, sendo hoje menos directivas e autoritárias e mais dialogantes em relação aos filhos, recorrem a outras estratégias, visando assegurar a continuidade da exploração agrícola e/ou pecuária, mas abrindo-se a outras alternativas, quando equacionadas com o presente e o futuro. De facto, continua-se a procurar «segurar» um filho para poder dar continuidade ao empreendimento familiar. Contudo, em vez de se recorrer à lógica da imposição, recorre-se mais à da motivação. Nesta perspectiva, a situação na fratria, aliás hoje bastante mais reduzida devido à mudança das mentalidades e ao recurso às técnicas do planeamento familiar, também adoptadas por estas famílias, pode não constituir o elemento fundamental dessa escolha. Por exemplo, o melhor sucesso escolar deste ou daquele filho e, ao invés, uma maior apetência de um outro para o trabalho agrícola podem exercer uma influência decisiva nestas práticas selectivas. Por outras palavras: a conjugação dos dois tipos de estratégias é favorável à adopção de perspectivas diferenciadas em relação ao futuro dos filhos, de algum modo mais respeitadoras da sua vontade, ainda que, frequentemente, esta seja objecto e resultado de uma intensa socialização neste ou naquele sentido.

Compreender-se-á, na sequência de tais considerações, que o interesse por percursos de escolarização mais prolongados e mais valorizados não possa ser apenas aliado a uma

obrigatoriedade legal, mas que não prescinde, simultaneamente, em variadas circunstâncias, de uma decisão e reorientação familiar nesta perspectiva. Claro que os resultados do estudo empreendido revelam também que estes meios sociais congregam um conjunto de actores familiares ambivalentes, ou seja, que se colocam entre orientações ao mesmo tempo opostas e ligadas entre si, logo que pretendem manter um sentimento de unidade da sua personalidade individual e familiar.

Seja como for, pode constatar-se que os percursos escolares dos jovens se integram hoje de modo diferente do passado nos projectos familiares. Na época, muitos nem sequer iam à escola e outros não chegavam a terminar a instrução primária completa. Em contrapartida, a passagem pelo seminário e pelos conventos de religiosos, muitas vezes até como estratégia de preservação do património em favor do filho privilegiado, tornava-se, para muitos, um importante factor de mobilidade social ascendente, aliás uma realidade social pouco estudada no Minho sob o ponto de vista sociológico. Ao invés, actualmente, a democraticidade da escola, mais ao alcance de todos, a mudança das mentalidades e dos comportamentos, a este respeito, a diminuição do número de filhos e a melhoria dos níveis de vida, entre outros aspectos, fazem com que estas questões sejam equacionadas de modo diferente. Por exemplo, actualmente, quando se trata de vias alternativas em relação ao herdeiro «as-

sistido», a opção pela continuidade dos estudos pode tornar-se uma alternativa, tal como, no passado, a emigração, a instalação de um pequeno comércio ou ida para o seminário, como acaba de ser referido.

Tem este trabalho a particularidade a sua autora mostrar que a articulação destas duas estratégias — uma mais orientada para o prolongamento da escolarização de pelo menos alguns dos filhos, visando aceder a um diploma escolar mais valorizado e, igualmente, a um correspondente estatuto social, e outra mais orientada para assegurar a ligação de um filho ao empreendimento familiar agrícola, — associadas às referidas concepções, decorre logicamente da própria forma de aí se colocar o problema de uma desigual elaboração das estratégias, procurando, deste modo, estar mais atento à conciliação dos interesses do grupo familiar com os do indivíduo, o que seria impensável no passado. Importa, porém, referir que, em virtude da pertença de classe e das possíveis orientações profissionais, as estratégias de escolarização dos filhos variam de um grupo social para outro, como muito bem o faz notar K. Wall. Daí que as trajectórias de vida e de mobilidade social intergeracionais sejam distintas, tão só no seio de cada uma das famílias, como no conjunto destes agregados sociais.

De um tal modo de contactar e analisar esta realidade, a autora pôde concluir que a concepção acerca da criança, o investimento na sua educação e na sua própria trajectória de vida, enquanto elementos de uma fa-

mília de orientação, tendo-se modificado ao longo dos últimos tempos, nem por isso são totalmente diferentes do passado, o que se exprime correctamente na seguinte passagem: «Os casais que se casaram nos anos 60 insistem ainda nas mesmas finalidades da reprodução: a continuidade, o trabalho e o tomar conta dos pais na velhice. Quando se quer ter alguns filhos, é a pensar que, entre vários filhos, há-de haver um que se revele melhor sucessor ou melhor filho (no sentido de ajudar os pais) do que os outros. Por outras palavras, ainda se valoriza o sentido instrumental da criança e a sua relação com a dinâmica familiar colectiva no tempo» (p. 238). Assim, a criança, embora diferentemente do passado, continua a ser percebida como um trabalhador e um possível amparo. Em tais circunstâncias, não estamos ainda numa situação de total abandono da lógica da *criança recurso* para uma outra da *criança projecto*, isto é, encorajada a seguir os estudos, sendo, assim, investida de um objectivo de mobilidade social de que todos poderão vir a beneficiar.

Em contrapartida, para aqueles que investem na educação como prerrogativa fulcral para aceder a um estatuto social valorizado, o facto de ficar na agricultura, de algum modo, cria nos pais algum endividamento em relação aos filhos, porventura os eventuais sucessores. Porém, outros tipos de comportamentos, remetidos por K. Wall para o domínio dos privilégios atribuídos pelos pais aos filhos e dos deveres destes para com

aqueles nas diferentes etapas da vida, situam-se rigorosamente na linha de uma relação intergeracional de maior proximidade, como podemos constatar na seguinte expressão: «Hoje em dia, dado o novo significado social da criança, os pais ‘devem-lhe privilégios’ desde o nascimento. A ideia da dívida do filho continua presente, mas a ideia parental (cuidar da criança e dar-lhe até certas ‘regalias’) e a dívida do filho (ajudar os pais e cuidar deles) estão mais equilibradas» (p. 259).

Outro tipo de mudanças sublinhado pela autora prende-se com dois vectores fundamentais: uma maior «uniformização» da vida familiar ao nível dos vários grupos sociais e uma maior «conjugalização» da vida doméstica. Com efeito, a nuclearização da vida familiar nestes meios, comparada com o passado é, actualmente, mais intensa e atinge outro significado e formas de gestão para a generalidade das famílias. Por exemplo, as famílias sem núcleo (na óptica de P. Laslett), as famílias monoparentais e o número de solteiros que se integravam na família tronco ou complexa diminuem. Por outro lado, continuando a verificar-se uma divisão sexual e social do trabalho no seio da família e uma tendência para a reelaboração do «modelo tradicional de relações conjugais rurais onde a autoridade é masculina e o poder é feminino» (p. 154), verifica-se que as hierarquias são nos nossos dias, mais esbatidas e as permutas num e no outro sentido mais intensas. Porém, o homem parece teimar em ofe-

recer alguma resistência no que se refere à participação no trabalho doméstico, ao passo que a mulher participa mais activamente em tarefas que no passado pareciam mais apanágio dos homens.

Verifica-se, pois, que esta família investe mais no diálogo e na concertação conjugal e, por conseguinte, nas relações do que a anterior, sem que, no entanto, estejamos perante uma situação de passagem absoluta da *família moral* à *família relacional*, tal como é concebida por F. de Singly (1996), pesem embora significativas modificações a este propósito.

Seja como for, depreende-se deste estudo que a complexidade da vida familiar é ainda bastante elevada nestes meios sociais, nomeadamente no que se relaciona com as estratégias de sucessão, logo com a reorientação do futuro das novas gerações e das relações intergeracionais e intrafamiliares.

Por fim, a comparação sucinta, incidindo sobre a família dos lavradores e as famílias pluriactivas, põe em destaque aspectos tão importantes como os contrastes entre as formas de recursos económicos e profissionais e o modo como uma e outra investem na ética do trabalho, sendo esta ainda mais premente no segundo caso, visando, assim, assegurar um certo nível de vida, a concepção dos projectos em relação à preparação do futuro dos filhos, privilegiando, no segundo caso, a via dos estudos ou de uma profissão fora da agricultura, bem como a produção de uma vida familiar mais baseada na ajuda e nas trocas comunitárias, a

partilha igualitária do património, o que não era de regra na família de lavradores, e as concepções acerca da família, do casamento e do divórcio.

De qualquer modo, a autora deixa claro que as famílias pluriactivas, tal como as famílias de lavradores, de caseiros ou de camponeses parciais de outrora, inscrevem-se numa dinâmica instrumental e familiarista. Porém, adopta processos de inclusão mais flexíveis, de exclusão mais precoces, estratégias educativas mais centradas na disciplina do que na motivação e comportamentos mais igualitários logo que se trata da partilha do património.

O leitor encontrará ainda, numa perspectiva comparativa, nas *Famílias no Campo. Passado e Presente em Duas Freguesias do Baixo Minho* uma leitura particularmente bem informada sobre os principais elementos que constituem o processo de transformação sócio-histórica do contexto social envolvente e, correlativamente, das várias configurações de famílias oriundas dos diversos grupos sociais que as compõem. Contudo, é importante realçar que, contrariamente às sociologias que insistem sobretudo nos determinismos sociais para explicarem o comportamento dos actores, K. Wall põe também em destaque uma outra dimensão que consiste em evidenciar os efeitos da acção dos actores sobre a própria realidade social em que estão envolvidos, ainda que nem todos participem igualmente neste processo. Por exemplo, as famílias dos lavradores, as de uma nova burguesia técnica e de enquadramento, que tendem a aumentar

nestes meios, e os notáveis locais, que vêm hoje de universos mais diversificados do que os de antigamente, têm uma capacidade de intervenção social mais abrangente, quando equacionada com a dos grupos dos jornaleiros ou dos operários no sector industrial.

É então altura para dizer que o estilo e o tom desta obra realçam a autoridade intelectual da autora, a qual consegue articular uma discussão científica com um certo didactismo, que se manifesta no modo como se dirige ao leitor num tom claro e susceptível de despertar o interesse tando dos iniciados como dos estranhos a este tipo de problemáticas. Tudo isto tem a vantagem de tornar o texto particularmente vivo e de evitar, tanto quanto possível, um estilo de vocabulário extremamente técnico e isotérico.

BIBLIOGRAFIA

- DE CERTEAU, M., (1990), *L'invention du quotidien. Arts de faire*, Paris, Ed. Gallimard (coll. «Folio essais»).
- DE SINGLY, F. (1996), *Le soi, le couple et la famille*, Paris, Nathan.

MARIA ENGRÁCIA LEANDRO

João Esteves, As Origens do Sufragismo Português, Lisboa, Bizâncio, 1998.

Foi com a maior curiosidade e interesse que comecei a leitura de *As*